

16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

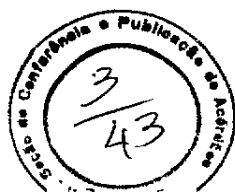
Nº 959-1 DISTRITO

RELATOR: MINISTRO SYDNEY SANCHES  
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

01744010  
05550000  
09591000  
00000150

EMENTA: - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 8.177, de 1º/03/1991 - inciso II e parágrafo único do art. 6º, artigos 16 e 22. Art. 5º, XXXVI da C.F. (ato jurídico perfeito). Medida Cautelar.

- I - Contratos em geral.  
T.R. (Taxa Referencial).  
B.T.N. (Bônus do Tesouro Nacional).  
T.R.D. (Taxa Referencial Diária).  
B.T.N.F. (B.T.N. Fiscal).  
U.P.C. (Unidade Padrão de Capital).
- II - Contratos de financiamento rural (celebrados com recursos de depósitos de poupança rural).
1. Ao julgar a ADIn nº 493, o S.T.F. concluiu não ser a T.R. "índice de correção monetária, pois, refletindo as variações de custo primário de captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda".
2. E por isso declarou inconstitucionais vários dispositivos da Lei nº 8.177, de 1º/03/1991, que visaram à substituição de índices de correção monetária, pela T.R. Para assim concluir, a Corte considerou violado, por tais dispositivos, o princípio constitucional que protege o ato jurídico perfeito (art. 5º, inciso XXXVI, da C.F.), porque alteraram "o critério de reajuste das prestações, nos contratos anteriormente celebrados pelo sistema do Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional" (P.E.S./C.P.).
3. Em face desse precedente (ADIn 493) e de outro (ADIn 768), é de ser considerada juridicamente relevante a alegação de que o inciso II e o parágrafo único do art. 6º da mesma Lei (nº 8.177, de 1º/03/1991), ofendem o mesmo princípio tutelar do ato jurídico perfeito, ao substituírem pela T.R. e T.R.D., nos contratos anteriormente celebrados, os índices neles previstos (B.T.N. e B.T.N. Fiscal).
4. Pela mesma razão, é de ser qualificada como relevante a arguição de inconstitucionalidade dos artigos 15 e 16 de tal diploma, por substituírem, pela T.R., nos contratos anteriores a este, os índices previstos para a correção monetária - U.P.C. (Unidade Padrão de Capital).
5. Caracterizados os requisitos da plausibilidade jurídica da ação, a Corte, por maioria, defere medida cautelar, para suspender, a partir da data do deferimento, até o julgamento final da ação, a eficácia dos referidos dispositivos (inciso II e parágrafo único do art. 6º, artigos 15 e 16 da Lei nº 8.177, de 1º/03/1991).
6. Quanto ao art. 22 da Lei, referente aos contratos de financiamento rural, o Tribunal indefere a medida cautelar de sua suspensão, por entender, "prima facie", que tal dispositivo



# Supremo Tribunal Federal

ADI 959-1 DF

27

não inova, quanto aos índices de correção monetária, pois a atualização continua sendo feita segundo a remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança, não vislumbrando, nesse ponto, violação de ato jurídico perfeito. Decisão, também, por maioria.

## A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, o Tribunal referendou, em parte, a decisão do Ministro Relator, para manter o indeferimento da medida cautelar quanto ao art. 22 e deferir a medida cautelar, para suspender, até decisão final da ação, a eficácia do inciso II do art. 6º e seu parágrafo único, dos arts. 15 e 16, da Lei nº 8.177, de 01.03.91. Vencidos, em parte, os Ministros ILMAR GALVÃO, MARCO AURÉLIO e CARLOS VELLOSO, que referendavam integralmente o despacho do Ministro SYDNEY SANCHES (Relator), e o Ministro PAULO BROSSARD, que deferia a medida cautelar, para suspender, também, a eficácia do art. 22 da mesma lei (nº 8.177/91). Votou o Presidente. Retificou o seu voto, proferido anteriormente, o Ministro ILMAR GALVÃO. Procurador-Geral da República, Dr. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA, na ausência ocasional do Dr. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA.

Brasília, 16 de março de 1994.

OCTAVIO GALLOTTI - PRESIDENTE

SYDNEY SANCHES - RELATOR



25/02/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL (Medida Cautelar)

Nº 959-1 DISTRITO

RELATOR: MINISTRO SYDNEY SANCHES  
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (Relator): -

1. O Exmº Sr. Procurador-Geral, Dr. ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA, com base no art. 103, IV, da Constituição Federal, propôs a presente ação direta de inconstitucionalidade "do art. 6º, inciso II e seu parágrafo único, bem como dos artigos 15, 16 e 22 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, por contrariarem o disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que assegura não poder a lei prejudicar o ato jurídico perfeito".

2. Na inicial, alegou e pleiteou o seguinte (fls. 2/4):

"2. Os dispositivos impugnados têm a seguinte redação:

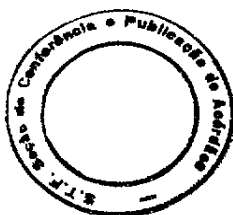
"Art. 6º.

(...)

II - nos contratos em que não houver previsão de índice substitutivo, será utilizada a TR, no caso dos contratos referentes ao BTN ou unidade corrigida mensalmente, ou a TRD, no caso daqueles referentes ao BTN Fiscal e a unidades corrigidas diariamente.

Parágrafo único. Para atualização, no mês de fevereiro de 1991, dos contratos referentes ao BTN, a unidade de conta com correção mensal ou índice de preços, deverá ser utilizado índice resultante de composição entre o índice prorata, no período decorrido entre a data de aniversário do contrato no mês de janeiro de 1991 e o dia 1º de fevereiro de 1991 e a TRD entre 1º de fevereiro de 1991 e o dia de aniversário do contrato no mês de fevereiro.

(...)



expor o seguinte:

Encontram-se na "Secodid" representações de várias entidades associativas de agricultores, inconformadas com as taxas de juros e a forma de correção monetária nos financiamentos rurais celebrados com seus associados, que motivaram o signatário e outros Procuradores da República por todo o país a fazer diagnóstico da situação legal dos ônus incidentes sobre ditos financiamentos, que têm natureza jurídica pública.

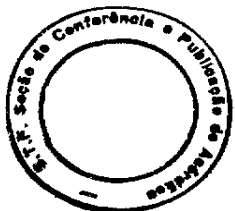
Diante das várias questões de direito apresentadas, a partir desse diagnóstico, constata-se que o principal agente financiador da agricultura brasileira, o Banco do Brasil S.A., cobra, em seus financiamentos, juros abusivos, além, de fazer cálculos de débito (com correção monetária) dia a dia, capitalizando juros mês a mês, em desconformidade inclusive com súmula do STJ.

Afora isso, dois planos econômicos, entre tantos outros, foram fundamentais para a destruição da sofrida agricultura brasileira. São eles: o Plano Collor I, que "acabou com a inflação", mantendo estável o preço dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que permitia o reajuste dos financiamentos pela poupança; e, segundo, o Plano Collor II, que, pela Lei nº 8.177, de 01 de março de 1991, no mesmo sentido, pretendeu desindexar a economia, extinguindo o índice que era aplicado ao reajuste dos financiamentos rurais (BTN), mas criando, em contrapartida, uma "anomalia indexatória", TRD, que nada mais representa do que índice de remuneração de capital. E, a propósito da TRD, o Supremo Tribunal Federal, por solicitação do Procurador-Geral da República, já definiu suas características e natureza jurídica, chegando à conclusão de que:

'a taxa referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois refletindo as variações do custo primário da captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda" (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 493-0 - Distrito Federal, Relator Ministro MOREIRA ALVES).

Assim tendo entendido, o STF, sob o argumento também de direito adquirido e ato jurídico perfeito, declarou inconstitucionais vários dispositivos da Lei nº 8.177/1991, a propósito de normas que atingiam o Sistema Financeiro de Habitação. Entretanto, tal declaração de inconstitucionalidade alcançou, como não poderia deixar de ser, outros fatos e atos jurídicos, mormente aqueles relativos ao crédito rural. Esta ação obrigou inclusive o Banco do Brasil a vir a público para defender a TRD, já então fustigada em todos os recantos do país.

Conseqüentemente, no campo dos financiamentos rurais, há hoje enorme insatisfação e insegurança, ao mesmo tempo em que o Banco do Brasil insiste em aplicar, como índice medidor de inflação passada, nos contratos rurais, parâmetro de remuneração de



Art. 15. Para os contratos já existentes, contendo cláusula expressa de utilização da Unidade Padrão de Capital (UPC) como fator de atualização, esta passa a ser atualizada mediante a aplicação do índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º.

Art. 16. O disposto no artigo anterior aplica-se à atualização da UPC a ser realizada em 1º de abril de 1991.

(...)

Art. 22. Os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991 com recursos dos depósitos de poupança rural terão cláusulas de atualização pela remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos".

3. A presente ação atende à solicitação do Procurador da República, Dr. WAGNER GONÇALVES, consoante expediente anexo, cuja fundamentação adota como suporte desta ação.

4. Há insatisfação e insegurança generalizadas, no campo dos financiamentos rurais, uma vez que o Banco do Brasil insiste em aplicar nos contratos correspondentes, como índice medidor de inflação passada, parâmetro de remuneração de capital, justificando essa atitude no fato de que a Lei 8.177/91 ainda traz no seu bojo artigos que lhe permitem a utilização da TR e que estão sendo objeto da presente ação.

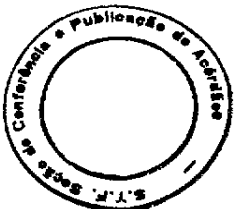
5. Requer o Autor medida cautelar de suspensão da eficácia dos dispositivos impugnados até o desfecho da ação, em vista da relevância dos fundamentos jurídicos do pedido e do "periculum in mora" em face dos insuportáveis encargos financeiros que afetam os contratos abrangidos nas normas impugnadas.

6. Requer, assim, que deferida a medida liminar, solicitadas as informações necessárias, e após pronunciamento do Advogado-Geral da União, lhe seja aberta vista dos autos, para a manifestação final sobre o mérito da ação".

3. A petição inicial veio acompanhada da representação dirigida ao Procurador-Geral da República, pelo ilustre Procurador da República Dr. WAGNER GONÇALVES, assim deduzida (fls. 5/8):

"EXMº SR. PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

WAGNER GONÇALVES, Procurador da República, vem solicitar a Vossa Excelência digne-se apresentar, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 8.177, de 01 de março de 1991 (art 6º, inciso II e seu parágrafo único; e artigos 15, 16 e 22), tendo a



capital, o que, como se vê, soa absurdo, para dizer o mínimo, "data venia".

Para justificar seu procedimento, o Banco do Brasil, principal agente financiador do crédito rural (cujo contrato tem natureza jurídica de direito público) traz sempre à tona os seguintes argumentos principais: primeiro, que não aplica TR ou TRD, mas índice de poupança; e, segundo, há dispositivos na Lei nº 8.177/91, ainda não declarados inconstitucionais, que lhe permitem continuar a utilizar aquela taxa remuneratória.

Tais argumentos não comportam análise sequer perfunctória, a uma, porque o índice de remuneração de poupança é a TR; e, a duas, porque os dispositivos não atingidos pela primeira Adin são também inconstitucionais, na medida em que manda aplicar, como índice de correção monetária, taxa de remuneração de capital.

De conseguinte, face às várias representações existentes junto à Secodid, urge providências do MPF, que se desdobram em: 1) ação civil pública em estudo; e 2) ação direta de inconstitucionalidade, ora solicitada.

Por essas razões, o subscritor da presente entende que são inconstitucionais, porque em desacordo com o julgado na ADIn nº 493-DF, os seguintes dispositivos da Lei nº 8.177/91:

- 1) inciso II e parágrafo único do art. 6º;
- 2) artigo 15;
- 3) artigo 16; e
- 4) artigo 22.

Todos esses dispositivos permitem utilizar a TR como indexador, quando se sabe que a atualização monetária tem por pressuposto índice de período inflacionário transcorrido, não parâmetro futuro, de remuneração de capital.

Esclareça-se que quanto ao artigo 26, da Lei nº 8.177/91, já foi proposta, por associação de classe, sua inconstitucionalidade, estando suspensa, por liminar, a vigência da norma.

Outros dispositivos da mesma lei, face referidos argumentos, são também de constitucionalidade duvidosa, como o art. 25 e seu parágrafo único, o § 2º do art. 38 e o artigo 41. Entretanto, insiste-se, com a devida vênia, na arguição de inconstitucionalidade dos dispositivos antes enumerados.

Por último, ao pedir deferimento, renova o subscritor protestos de consideração e apreço.

Brasília, 21 de setembro de 1993.

(ass.) WAGNER GONÇALVES  
Procurador da República".

4. Instruíram, também, a inicial os documentos de fls. 9/128.

5. Distribuída a ação ao Exmº Sr. Ministro MOREIRA ALVES, S. Exa. solicitou informações ao Exmº Sr. Presidente da



República e ao Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, reservando-se para, depois, submeter ao E. Plenário o requerimento de medida cautelar (fls. 129).

6. Tais informações foram prestadas a fls. 135/157 e 159/183.

7. A fls. 185, em data de 14.12.1993, o Exmº Sr. Presidente, Ministro OCTAVIO GALLOTTI, determinou a redistribuição do feito, com base no art. 68, parágrafo 1º, do R.I.S.T.F.

8. Recebendo os autos, como novo Relator, despachei a fls. 187:

"1. Havendo recebido os autos conclusos no dia 15.12.1993 (fls. 186), não foi possível submeter o requerimento de medida cautelar à apreciação do Plenário, cuja última sessão, antes do recesso, realizou-se a 17.12.1993.

2. Passo, pois, a examinar tal requerimento (art. 21, inc. VI, do R.I.S.T.F.).

3. Em face das informações constantes de fls. 135, considero não atendidos os pressupostos para concessão de medida cautelar e por isso a indefiro, "ad referendum" do Eg. Plenário.

Publique-se.

Brasília, 21 de dezembro de 1993.

Ministro SYDNEY SANCHES

Relator".

9. Em data de 25.02.1994, ordenei a remessa dos autos à consideração do E. Plenário, para eventual referendo, nos termos do inciso V do art. 21 do R.I.S.T.F.

É o Relatório.



V O T O



**O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (Relator): -**

1. As informações prestadas pelo Exmº Sr. Presidente do Senado Federal foram as seguintes (fls. 135/136):

"Ofício nº 824/93-GP - Brasília, 25.11.1993.

Senhor Presidente:

Em resposta ao Ofício nº 1110/P, de 10 de novembro de 1993, referente à AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 959-1/600, proposta pelo Senhor Procurador-Geral da República, contra os arts. 6º, inciso II e seu parágrafo único, 15, 16 e 22 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, prestamos a seguir as informações solicitadas por Vossa Excelência.

A referida lei teve origem na Medida Provisória nº 294/91 que o Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional.

Na competente Comissão Mista, foi designado relator da matéria o Senador ODACIR SOARES, que apresentou o Parecer nº 012/91-CN, aprovado pela Comissão, que conclui pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Conversão nº 06/91 (doc. 1).

Vale ressaltar, Senhor Presidente, que em relação a mencionada Medida, houve apresentação de dezoito emendas ao art. 6º e seus parágrafos, duas ao art. 15, seis ao art. 16 e cinquenta e seis ao art. 22 e seus parágrafos.

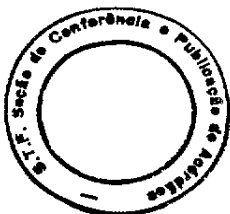
Da discussão e votação em Plenário, em 27 de fevereiro de 1991, resultou a aprovação do Projeto de Conversão, ficando prejudicadas a Medida Provisória e as Emendas nºs. 51, 105, 314, 325, 430 e 442 (doc. 2).

Com relação à arguição de que a indexação prevista na lei implica a utilização não de correção monetária mas, sim, de taxa de remuneração de capital, temos a ponderar que o índice de inflação (calculado em função do período já transcorrido) tende a ditar o parâmetro de remuneração do capital em período futuro e daí a irrelevância da arguição em relação aos contratos de que cogitam os dispositivos atacados.

Prestando, assim, as informações solicitadas por Vossa Excelência, apresento na oportunidade protestos de alto apreço e elevada consideração.

Senador HUMBERTO LUCENA  
Presidente".

01744010  
05550000  
09593000  
01400380



*Supremo Tribunal Federal*

ADI 959-1 DF

*[Handwritten signature]* 34

2. O ofício do Presidente do Senado Federal veio com os documentos de fls. 137/157.
3. O Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da República, Dr. ITAMAR FRANCO, enviou a esta Corte, com o ofício de fls. 159, a título de informações, as peças de fls. 160/167, e o Parecer PGFN/CRJN/1.218/93, encaminhado ao Advogado-Geral da União, pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado da Fazenda, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (fls. 170/183).
4. Destaco as peças de fls. 160/167, "in verbis":

"PROCESSO Nº 00002.004641/93-22  
ORIGEM: STF - Mensagem nº 090, de 10.11.93  
ASSUNTO: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº  
959-1/600

DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

A D O T O, para os fins e efeitos do artigo 4º, incisos IV e V da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, as anexas informações elaboradas pelo eminente Consultor da União, Doutor OBI DAMASCENO FERREIRA.

Brasília, 10 de dezembro de 1993.

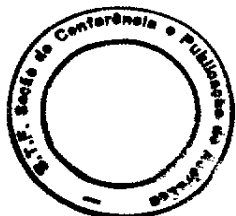
(ass.) GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO  
Advogado-Geral da União.

INFORMAÇÕES Nº AGU/DF-13/93  
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 959-1/600  
RELATOR: Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro MOREIRA ALVES  
REQUERENTE: Procurador-Geral da República  
REQUERIDOS: Presidente da República  
Congresso Nacional

Senhor Advogado-Geral,

A ilustrada Presidência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, através da Mensagem nº 090, de 10.11.93, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicita a prestação de informações sobre o contido na inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 959-1/600, onde se postula, por incompatibilidade com o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que assegura a intangibilidade do ato jurídico perfeito, sejam declarados inconstitucionais os arts. 6º, inciso II e § único, 15, 16 e 22 da Lei nº 8.177, de 01.03.91, cuja redação se acha assim vazada:

Art. 6º.  
(...)



*[Handwritten signature]*  
35

II - nos contratos em que não houver previsão de índice substitutivo, será utilizada a TR, no caso dos contratos referentes ao BTN ou unidade corrigida mensalmente, ou a TRD, no caso daqueles referentes ao BTN Fiscal e a unidades corrigidas diariamente.

Parágrafo único. Para atualização, no mês de fevereiro de 1991, dos contratos referentes ao BTN, a unidade de conta com correção mensal ou índice de preços deverá ser utilizado índice resultante de composição entre o índice prorata, no período decorrido entre a data de aniversário do contrato no mês de janeiro de 1991 e o dia 1º de fevereiro de 1991 e a TRD entre 1º de fevereiro de 1991 e o dia de aniversário do contrato no mês de fevereiro".

(...)

Art. 15. Para os contratos já existentes, contendo cláusula expressa de utilização da Unidade Padrão de Capital (UPC) como fator de atualização, esta passa a ser atualizada mediante a aplicação do índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º.

Art. 16. O disposto no artigo anterior aplica-se à atualização da UPC a ser realizada em 1º de abril de 1991".

(...)

Art. 22. Os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991 com recursos dos depósitos de poupança rural terão cláusulas de atualização pela remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos".

2. Esclarece o Exmº Sr. Procurador-Geral da República haver ingressado com a ação em atenção "à solicitação do Procurador da República, Dr. WAGNER GONÇALVES, consoante expediente anexo, cuja fundamentação adoto como suporte desta ação" (sic), documento esse que se fez integrar ao processo (fls. 05/08).

3. É bem de ver, aliás, constituir a questão dos juros e correção monetária no crédito rural o cerne da justificação da ação. Isso está claro na peça inaugural da demanda, principalmente quando ali se articula subsistirem "insatisfação e insegurança generalizadas, no campo dos financiamentos rurais, uma vez que o Banco do Brasil insiste em aplicar nos contratos correspondentes, como índice medidor de inflação passada, parâmetro de remuneração de capital, justificando essa atitude no fato de que a Lei 8.177/91 ainda traz no seu bojo artigos que lhe permitem a utilização da TR e que estão sendo objeto da presente ação" (cfe. item 4 da petição inicial).

4. Não foi concedida a suspensão liminar dos dispositivos impugnados, uma vez que o eminente Ministro relator, como medida de prudente cautela, condicionou a apreciação do assunto à prestação de informações pelos órgãos envolvidos (DJ, seção I,



*Supremo Tribunal Federal*

ADI 959-1 DF

pág. 24477, de 8.11.93).

 36

II

5. Não procede o pedido. E sua improcedência é total.

6. Observe-se, preliminarmente, nunca ter havido dúvidas quanto à legalidade da cobrança da correção monetária nas operações de crédito rural.

7. Nesse sentido, impende para logo destacar o que a respeito se contém em parecer da própria Procuradoria-Geral da República publicado no Diário da Justiça de 05.01.89 (págs. 98/101), onde seu ilustrado prolator, o Subprocurador-Geral da República Dr. MOACIR ANTÔNIO MACHADO DA SILVA, rejeitando a representação junto ao STF de declaração de inconstitucionalidade apresentada por HUGO BIEHL e outros, proclamou a licitude da correção monetária, "his verbis":

"O Dec.-lei nº 167, de 1967, em realidade, regulou inteiramente a matéria, tratando inclusive das condições das operações de crédito rural - juros, comissões e despesas (arts. 5º, 10, 14, VI, 20, VI, 20, VI, 25, VIII, 27, V e 64), inexistindo em seu texto de oitenta artigos nenhuma norma excludente da correção monetária, que, desde muito, se tornou indispensável nos contratos de mútuo, por sua finalidade de assegurar a restituição apenas do devido, sem acrescentar um plus ao montante do débito.

A ressalva do art. 9º do Dec.-lei nº 70, de 1967, tornada insubsistente pela legislação posterior, não encerrava, aliás, propriamente uma vedação, apenas excluía da autorização de ajuste da correção monetária nos contratos de empréstimos com garantia hipotecária, os que consubstanciavam operações de crédito rural.

.....  
O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que o ajuste da correção monetária nos contratos, desde que não se contraponha a princípio de ordem pública, deve ser aplicado, em respeito à liberdade de contratar, que resulta da autonomia da vontade (RE 75.869, Relator Ministro DJACI FALCÃO, RTJ 65/874, RE 76.478, Relator Ministro OSWALDO TRIGUEIRO, ... etc.

.....  
Vê-se portanto, que na ausência de vedação legal expressa, a correção monetária poderia ser validamente autorizada em resoluções do Conselho Monetário Nacional, com fundamento no art. 4º, VI e XVII, da Lei nº 4.595, de 1964, e no art. 14 da Lei nº 4.829, de 1965.

.....  
Referindo-se especificamente à pretensão de ruralistas, de declaração de ineficácia das cláusulas de correção monetária nos financiamentos rurais, e tomando por base a taxa de desvalorização de 20% no mês, observa o Prof. GERALDO VIDIGAL (Correção Monetária nos



*[Handwritten signature]* 37

Financiamentos Rurais, "O Estado de São Paulo",  
edição de 19.08.88):

"Seu atendimento significaria, nos pagamentos a menos de um ano de prazo, restituição de menos de 7% do empréstimo recebido. E a devolução seria inferior a 0,5%, nos pagamentos a dois anos. Haveria enriquecimento sem causa do devedor, que iria receber donativos sem nenhuma justificação".

O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da lavra do ilustre Procurador OBI DAMASCENO FERREIRA, por igual, em exame seguro da matéria, refere julgados pela legitimidade da incidência de correção monetária prevista em cláusula contratual, embora sem previsão legal (D.O. de 06.09.88, Seção I, p. 17.152). Dentre eles, destaque-se o RE 108.053-SP, que tratava especificamente da incidência de correção monetária em contrato de financiamento, representado por cédula rural hipotecária, no qual a egrégia Segunda Turma, acompanhando o voto do emimente Relator, Ministro FRANCISCO REZEK, decidiu que o ajuste contratual de correção monetária, ainda que sem precedente autorização legal, tem validade e eficácia, em atenção ao dogma de que "pacta sunt servanda". A Turma adotou igual entendimento no julgamento do RE 105.834-SP, que cuidava da incidência de correção monetária, a propósito de três cédulas rurais hipotecárias, uma cédula rural pignoratícia e hipotecária e duas notas de crédito rural.

Vê-se, portanto, sob qualquer ângulo, que, ressalvada a exclusão determinada pela Constituição de 1988 (ADCT, art. 47, II), é legítimo o ajuste da correção monetária nas operações de crédito rural" (D.J. de 05.01.69, págs. 98/101).

8. É também de salientar ter-se firmado iterativa e farta jurisprudência em todos os nossos Tribunais dando pela legitimidade da incidência da atualização monetária nos financiamentos agrícolas, tudo culminando com a edição pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça da Súmula nº 16, concebida nos seguintes termos:

"A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência de correção monetária".

9. Firmados esses pressupostos, ressalta a inconcussa inadmissibilidade da tese dos que defendem a dispensa da atualização, de resto inadmitida pela jurisprudência, como acima demonstrado.

### III

10. Não cabe argumentar, por outro lado, com o ato jurídico perfeito em prol de pretensa inconstitucionalidade que agora se estaria



verificando por não ser possível a atualização dos créditos pela TR ou TRD, tendo em vista decisão da Magna Corte proferida no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 493-0-DF, que suspendeu por inconstitucionais vários dispositivos da Lei nº 8.177, de 01.03.91.

11. Não é isso.

12. Não se cuida, na hipótese, de desrespeito a ato jurídico perfeito. Trata-se, ao revés, de absoluta observância à norma inscrita no art. 5º XXXVI, da Constituição Federal, pois, ao que se tem notícia, pelo menos no Banco do Brasil, não há descumprimento algum ao avençado pelas partes, em obediência, em última análise, à máxima "pacta sunt servanda". E em nada influenciou a edição da prefalada Lei nº 8.177, de 1991.

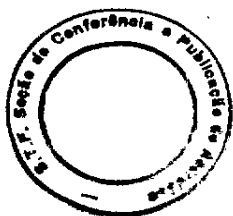
13. Traga-se à colação, para melhor visualização da matéria, o seguinte lance da extremamente lúcida contestação oferecida por aquela instituição financeira nos autos da Ação Civil Pública nº 93.13465-5, proposta pelo Ministério Público Federal perante o Juízo da 9ª. Vara da Justiça Federal que, aliás, em fundamentado despacho de 22.10.93, anexo por cópia, denegou o pedido de liminar ali formulado:

"Percebe-se, assim, sem maiores dificuldades, que a referida ação teve por escopo preservar o ato jurídico perfeito, consubstanciado no que fora pactuado em contratos firmados anteriormente à Lei nº 8.177. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal decidiu, tão-somente, que a Taxa Referencial (TR) não pode substituir critério estabelecido nos contratos em vigor na data da edição da Lei nº 8.177/91. E o Banco do Brasil, em nenhum instante, desrespeitou ou vem desrespeitando a decisão proferida pela Suprema Corte, estando a obedecer, fielmente, todos os pactos firmados com os produtores rurais. Aliás, frise-se que a decisão proferida na tão falada ação direta de inconstitucionalidade apenas veio ao encontro do que o ora contestante estipulou em seus contratos.

O argumento trazido pelo autor de que o contestante, ao corrigir seus créditos pelos mesmos índices com que remunera a poupança rural, estaria, indiretamente, aplicando a TR como indexador, é falacioso, "data venia".

Impende observar que os contratos de financiamento rural, realizados com recursos da caderneta de poupança rural, são corrigidos pelo mesmo índice utilizado nos depósitos de poupança, na conformidade com a regra estabelecida no item "3" da Circular nº 1.130, de 12.02.1987, do BACEN - Banco Central do Brasil, do seguinte teor:

"3. Os recursos captados na forma desta Circular deverão ser aplicados em operações que tenham cláusulas de atualização vinculada ao índice utilizado nos depósitos de poupança, e os juros serão calculados, no



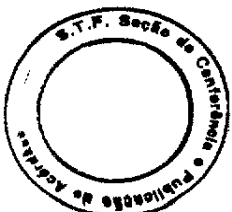
mínimo, em nível igual aos de captação".

À evidência, os contratos que tenham como fonte de recursos os depósitos captados em poupança rural, somente poderão ser atualizados pelos mesmos índices aplicados a essa modalidade de captação. A norma do BACEN limita, pois, a autonomia de vontade do Banco, na medida em que somente poderá ser exigido do mutuário o mesmo índice de correção monetária pago aos poupadores. E nada mais justo, atendendo às peculiaridades do crédito rural, pois aquilo que o Banco paga para captar os recursos, cobra daqueles que tomam o empréstimo. Esclareça-se, melhor, que grande parte dos recursos que o Banco empresta aos mutuários advêm da poupança rural. Ora, não teria sentido o Banco remunerar tal poupança com determinado índice de correção e, ao aplicar tais recursos, visse-os retornar aos seus cofres com atualização inferior. Admitir-se isso, seria a bancarrota de todo o sistema financeiro, com o exaurimento dos recursos que fomentam a produção rural, aí sim com sérios prejuízos aos produtores.

Não passam, pois, de sofismas as alegações do Ministério Público, no sentido de que o Banco, ao corrigir os financiamentos em apreço nos mesmos moldes em que são remuneradas as poupanças, estaria indiretamente aplicando a taxa referencial. É que, desde 12 de fevereiro de 1987, quando foi editada a Circular 1.130 do Banco Central, portanto quatro anos antes da edição da Lei nº 8.177, que a remuneração da poupança vem sendo usada como fator de atualização dos financiamentos rurais, que têm como fonte de recursos os depósitos da poupança rural. O Banco está a cumprir, pois, rigorosamente, decisão emanada da Suprema Corte, uma vez que continua a corrigir os seus créditos de acordo com o pactuado, ou seja, nos mesmos moldes em que são remunerados os depósitos em poupança. Entender-se em sentido contrário, ou seja, alterar o que foi pactuado muito antes de Lei 8.177, aí sim é que estaria havendo violação ao ato jurídico perfeito.

É preciso deixar bem claro que o Supremo Tribunal Federal não decretou a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR). Apenas estabeleceu que ela não poderia ser aplicada aos contratos já entabulados anteriormente à promulgação da tão falada Lei 8.177. E o Banco continua a indexar seus financiamentos rurais da espécie, da mesma forma como pactuado já há seis anos, ou seja, pelos mesmos índices com que remunera a poupança rural.

Não importa, pois, que a Taxa Referencial tenha passado a informar os rendimentos da caderneta de poupança rural. O que importa é que o índice escolhido pelas partes antes da edição da Lei nº 8.177/91 é o que deve vigorar. Assim



decidiu o Supremo Tribunal Federal, protegendo o ato jurídico perfeito. Portanto, aquela decisão não alcança:

a) os contratos celebrados após a vigência da Lei nº 8.177/91; e

b) os contratos anteriores à referida lei, desde que as cláusulas de reajustes neles previstas estejam sendo observadas, tal como pactuado, dentre os quais os contratos rurais do Banco do Brasil realizados com recursos da Caderneta de Poupança-Ouro.

Não se trata, assim, de se construir sofismas sobre o que é insofismável. Ao contrário do que quer fazer transparecer o autor, corrigir o empréstimo pela aplicação da TR ou pela aplicação do mesmo índice de remuneração das cadernetas de poupança, não é a mesma coisa.

E nos empréstimos concedidos com recursos da caderneta de poupança rural nunca se pactuou outro índice além daquele que informa a remuneração dessa aplicação. Além disso, o Colendo Supremo Tribunal Federal, repita-se não julgou a TR inconstitucional; julgou, sim, inconstitucional a aplicação da TR em infração ao ato jurídico perfeito. Partindo desse enfoque, torna-se irrelevante se a poupança é remunerada por aplicação da TR, IPC, ou qualquer outro índice. O que se há de respeitar é o que foi pactuado, ou seja, a correção dos créditos rurais deve ser feita tendo por base o rendimento da poupança, seja qual for o índice a ela aplicável. Havendo contrariedade a esse pacto, estaria configurada violação ao ato jurídico perfeito, violação essa tão combatida pelo autor.

Saliente-se que o dinheiro é, para uma instituição de crédito, a sua mercadoria: ela "compra" o dinheiro na praça através de captação de recursos - nas mais diferentes modalidades: depósitos em poupança, fundos de aplicações financeiras, fundos de investimentos, RDB, CDB, etc., para depois "vendê-lo", sob a forma de empréstimo. O pagamento da "compra" do dinheiro é feito através de remuneração aos aplicadores; o recebimento da "venda" é feito através da cobrança de encargos financeiros que cubram o custo de captação (ou seja, a remuneração paga aos investidores), as despesas operacionais e que proporcionam o lucro almejado - em linhas genéricas. No crédito rural - em especial - o controle do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central é feito sobre os lucros da instituição financeira. Mas sobre os custos (de captação e operacionais) não pode haver controle, pois, caso contrário, aqueles dois órgãos estariam condenando as instituições financeiras à liquidação. Nesse sentido, a Lei nº 8.447, de 21.07.1992, prevê que:

"Os encargos dos empréstimos e financiamentos, concedidos pelas agências



financeiras oficiais de fomento, não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação, salvo os casos previstos em lei" (art. 48, par. 1º).

Se o Banco agisse em sentido contrário, na direção do que pretende o autor desta ação, fatalmente seria apenado por infração aos deveres preconizados pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15.12.76), por estar praticando ato de liberalidade incompatível com o art. 154, parágrafo 2º, letra "a" da lei referida..

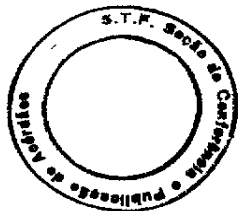
Interessante notar, em face de tudo isso, a posição do Ministério Público. Pleiteia, tão-somente, que os financiamentos rurais não sejam atualizados nos mesmos moldes da poupança rural (porque esta é corrigida pela TR), mas aceita manter íntegra a remuneração da poupança pela aplicação da taxa referencial. Se fosse justa a sua pretensão deveria ter completado o seu pedido, suplicando, também, a não indexação da poupança pela mesma taxa referencial".

14. Nada mais escorreito e oportuno, que evidencia, à saciedade, o desabalado equívoco em que labora o Ministério Público ao propor a controvertida inconstitucionalidade.

15. Com vistas a que não pairam dúvidas, cumpre se leia o teor de uma das cláusulas de indexação utilizadas pelos bancos e que, por sinal, consta do espécime de cédula rural pignoratícia e hipotecária cuja cópia íntegra as presentes informações:

"ENCARGOS FINANCEIROS - Sobre os saldos devedores diários apresentados na conta vinculada ao presente financiamento ("contrato de confissão de dívidas" ou o que for), incidirão ENCARGOS BÁSICOS, com base no índice de Remuneração das Cadernetas de Poupança (IRP) relativo ao aniversário da conta no mês da atualização. Sobre a média mensal dos saldos devedores diários, assim atualizada, incidirão ainda ENCARGOS ADICIONAIS à taxa nominal de ... (por extenso) pontos percentuais ao ano, calculados com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias), correspondendo a ... (por extenso) pontos percentuais efetivos ao ano. Referidos encargos BÁSICOS E ADICIONAIS serão calculados pelo método hamburguês e debitados/capitalizados a cada mês decorrido e partir da data de formalização deste financiamento (ou contrato de confissão de dívidas ou o que for), no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos seus valores nominais".

16. Como se vê, não há alusão à Taxa Referencial, mas, sim, à remuneração da caderneta de poupança rural, que é o custo de captação do dinheiro aplicado. E é de empréstimos rurais lastreados em



recursos da poupança que cuida a hipótese em exame.

17. Inexiste, pois, a todas as luzes, referência a tal ou qual parâmetro de inflação ou de atualização monetária. O que há é indexação que implica paridade entre o custo dos recursos captados e a remuneração do capital mutuado. E tudo graças ao ajuste de cláusulas de atualização vinculada à remuneração dos depósitos de poupança, pois, do contrário, adviria um diferencial de custos imprevisível. O rombo levaria qualquer banco à falência.

18. Veja-se que o sistema de caderneta de poupança rural, criado com a Resolução nº 1.188, de 05.09.86, do Conselho Monetário Nacional, teve sua primeira regulamentação através da Circular nº 1.130, de 12.02.87, do Banco Central do Brasil, que disciplinou o instrumento no âmbito do Banco do Brasil S.A.. Posteriormente, foi ele estendido a outros bancos oficiais federais, consoante Circular nº 1.255, de 17.11.87, também do Banco Central.

19. E sempre, em observância a tais atos normativos, se fizeram inserir nos contratos de empréstimos cláusulas de encargos financeiros que os vinculam permanentemente ao nível de remuneração da poupança, estipulando-se que tais encargos, em hipótese alguma, poderão situar-se em patamar inferior ao da remuneração daquela modalidade de captação.

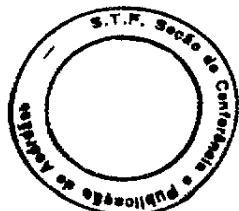
20. E a Lei nº 7.730, de 31.01.89, aprovada em função da Medida Provisória nº 32, preservou, em seu art. 16, a paridade tanto para as operações do SFH como para o crédito rural. Aliás, também a Lei nº 8.447, de 21.07.92, às expensas, em seu art. 48, § 1º, estabelece:

"Art. 48.....

§ 1º. Os encargos dos empréstimos e financiamentos, concedidos pelas agências financeiras oficiais de fomento, não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação, salvo os casos previstos em lei".

21. Seriam, pois, esses diplomas inconstitucionais? Estariam eles infringindo o ato jurídico perfeito? Ninguém, no uso da razão, poderia responder afirmativamente. O que há, conforme já amplamente demonstrado, é, ao revés, o mais estrito respeito ao que foi pactuado nos contratos. São aquelas cláusulas vinculativas rigorosamente observadas, sendo irrelevante para os fins em vista se a poupança é ou não remunerada pela TR, ou IPC ou qualquer outro índice. O que se requer é a exata correlação entre os encargos financeiros e o custo da captação.

22. Se assim é, anormalidade alguma se poderá divisar no caso, máxime quanto ao art. 22 da Lei nº 8.177, de 1991, cujo texto nada mais fez que reafirmar a sistemática da poupança rural, estabelecendo terem os empréstimos lastreados naqueles recursos encargos iguais à remuneração dos depósitos de poupança com aniversário do dia da assinatura dos contratos. A se julgar inconstitucional a norma, com muito mais razão, "a fortiori", se teria de reputar



*Supremo Tribunal Federal*

ADI 959-1 DF

*[Handwritten signature]* 43

inconstitucional a remuneração dos depósitos da poupança pela TR.

23. Repita-se: nunca os bancos se utilizaram deste ou daquele índice de correção monetária nas operações da espécie. Tanto antes como após a Lei 8.177/91, cobram eles seus créditos à base da remuneração da poupança. E tudo em absoluto respeito ao ato jurídico perfeito, pois que observado integralmente o avençado pelas partes.

24. Por outro lado, e por mais esforço que se faça, impossível é entender as sibilinas colocações do Ministério Público ao arrolar como inconstitucionais também os arts. 6º, II e § único, 15 e 16 da citada Lei 8.177/91. Nada têm a ver referidas normas com o crédito rural, mesmo porque, por seus próprios elementos traditivos, a UPC mais entende com operações do Sistema Financeiro da Habitação.

25. Por todo o exposto, a conclusão peremptória e final é pela improcedência do pedido.

Estas, Senhor Advogado-Geral da União, as informações que me parecem necessárias à instrução da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 959-1/600.

Brasília, 09 de dezembro de 1993.

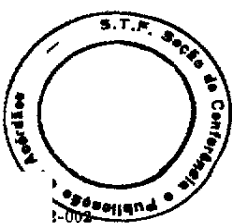
(ass.) OBI DAMASCENO FERREIRA  
Consultor da União".

5. Verifica-se, de tais informações, que se deu especial relevo ao art. 22 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, um dos dispositivos impugnados na inicial e cujo teor é o seguinte (v. fls. 3):

"Art. 22. Os contratos celebrados a partir de 1º de fevereiro de 1991 com recursos dos depósitos de poupança rural terão cláusulas de atualização pela remuneração básica aplicada aos depósitos de poupança com data de aniversário no dia da assinatura dos respectivos contratos".

6. Quanto a esse ponto, as informações da Presidência da República, enviadas pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério da Fazenda (fls. 159/183, mais precisamente as de fls. 161/167), parecem, a um primeiro exame, repelir, satisfatoriamente, os fundamentos jurídicos da petição inicial, cuja relevância, por isso mesmo, para efeito de medida cautelar, fica seriamente abalada.

7. Isso justifica, a meu ver, o indeferimento da



cautelar, quanto a esse dispositivo.

8. Quanto aos demais, porém, a argumentação, contida nas informações, parece não se aplicar.

9. Com efeito, dizem esses outros dispositivos impugnados:

"Art. 6º:

(...)

II - nos contratos em que não houver previsão de índice substitutivo, será utilizada a TR, no caso dos contratos referentes ao BTN ou unidade corrigida mensalmente, ou a TRD, no caso daqueles referentes ao BTN Fiscal e a unidades corrigidas diariamente.

Parágrafo único. Para atualização, no mês de fevereiro de 1991, dos contratos referentes ao BTN, a unidade de conta com correção mensal ou índice de preços deverá ser utilizado índice resultante de composição entre o índice prorata, no período decorrido entre a data de aniversário do contrato no mês de janeiro de 1991 e o dia 1º de fevereiro de 1991 e a TRD entre 1º de fevereiro de 1991 e o dia de aniversário do contrato no mês de fevereiro.

(...)

Art. 15. Para os contratos já existentes, contendo cláusula expressa de utilização da Unidade Padrão de Capital (UPC) como fator de atualização, esta passa a ser atualizada mediante a aplicação do índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º.

Art. 16. O disposto no artigo anterior aplica-se à atualização da UPC a ser realizada em 1º de abril de 1991" (V. também, texto integral da Lei nº 8.177, de 01.03.1991, a fls. 9/11).

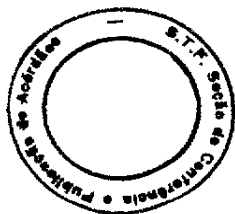
9.1. Ora, "**prima facie**", parece estender-se, a esses dispositivos, o decidido, pelo Plenário desta Corte, no julgamento do mérito da ADIn nº 493, de que foi relator o eminente Ministro MOREIRA ALVES, em data de 25.06.1992.

A essência do julgado assim se expressou na ementa:

"**EMENTA:** - Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Se a lei alcançar os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente a ela, será essa lei retroativa (retroatividade mínima) porque vai interferir na causa, que é um ato ou fato ocorrido no passado.

O disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal se aplica a toda e qualquer lei infraconstitucional, sem qualquer distinção entre lei



*[Handwritten signature]* 45

de direito público e lei de direito privado, ou entre lei de ordem pública e lei dispositiva. Precedente do S.T.F.

Ocorrência, no caso, de violação de direito adquirido. A taxa referencial (TR) não é índice de correção monetária, pois, refletindo as variações de custo primário da captação dos depósitos a prazo fixo, não constitui índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda. Por isso, não há necessidade de se examinar a questão de saber se as normas que alteram índice de correção monetária se aplicam imediatamente, alcançando, pois, as prestações futuras de contratos celebrados no passado, sem violarem o disposto no artigo 5º, XXXVI, da Carta Magna.

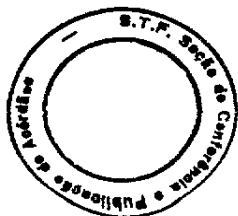
Também ofendem o ato jurídico perfeito os dispositivos impugnados que alteram o critério de reajuste das prestações nos contratos já celebrados pelo sistema do Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional (PES/CP).

Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 18, "caput" e parágrafos 1º e 4º; 20; 21 e parágrafo único; 23 e parágrafos; e 24 e parágrafos, todos da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991" (D.J.U. de 04.09.92, pág. 14.089, Ementário nº 1674-2).

9.2. Aliás, levando em consideração o decidido nessa mesma ADIn nº 493, o Plenário, em data de 07.10.1992, por unanimidade de votos, deferiu medida cautelar, para suspender, até o julgamento final, a eficácia do art. 26 da referida lei nº 8.177/91.

A ementa desse outro julgado, de que foi relator o eminente Ministro MARCO AURÉLIO (ADIn nº 768), assim se redigiu:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade - Liminar. A concessão, ou não, de liminar em ação direta de inconstitucionalidade faz-se considerados dois aspectos principais - o sinal do bom direito e o risco de manter-se com plena eficácia o ato normativo. Este último desdobra-se a ponto de ensejar o exame sob o ângulo da conveniência da concessão da liminar, perquirindo-se os aspectos em questão para definir-se aquele que mais se aproxima do bem comum. Tratando-se de preceito legal revelador, ao que tudo indica, de retroação incompatível com o princípio do ato jurídico perfeito e acabado, a gerar direito adquirido, impõe-se o deferimento da suspensão preliminar. Isto ocorre quanto ao teor do artigo 26



da Lei nº 8.177/91: "as operações de crédito rural contratadas junto às instituições financeiras, com recursos oriundos de depósitos à vista e com cláusula de atualização pelo índice de Preços ao Consumidor (IPC), passam a ser atualizadas pela TR, observado o disposto no artigo 6º desta Lei" (D.J.U. de 13.11.92, pág. 20.849, Ementário nº 1684-1).

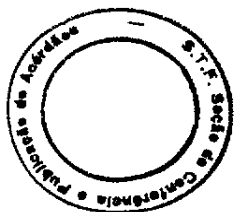
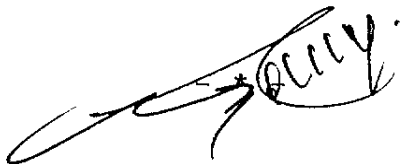
9.3. Em face desses precedentes, que me parecem aplicáveis, também, ao disposto nos incisos II e parágrafo único do art. 6º, e nos artigos 15 e 16, todos da Lei nº 8.177, de 1º.03.1991, e levando em conta, ainda, que, nas informações, não se procurou demonstrar o contrário (tratando elas de tais normas, como se cuidassem de contratos de financiamentos rurais, quando estes são referidos apenas no art. 22), tenho que a medida cautelar é de ser deferida, quanto aos dispositivos mencionados.

10. Isto posto, referendo, em parte, a decisão de fls. 187, para:

1º. - manter o indeferimento da medida cautelar, quanto ao art. 22 da Lei nº 8.177, de 1º.03.1991;

2º. - deferir a medida cautelar de suspensão da eficácia do inciso II e parágrafo único do art. 6º, bem como dos artigos 15 e 16, todos do mesmo diploma, a partir desta data e até o julgamento final.

11. Tendo sido colhidas as informações necessárias (fls. 135/157 e 159/183), os autos, oportunamente, deverão ser enviados à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República para manifestações finais sobre o mérito.



*Supremo Tribunal Federal*

47

26.3.94  
25/02/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

(MEDIDA LIMINAR)

RETIFICAÇÃO DE VOTO

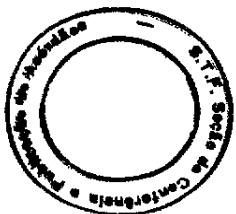
01744010  
05550000  
09593010  
01580460

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO: Senhor Presidente,  
peço licença a V. Exa. para retificar o meu voto e, perfilhando  
os fundamentos expostos pelo eminente Ministro Carlos Velloso,  
indeferir por completo o pedido de medida cautelar.

\* \* \* \* \*



emo



24/02/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

(MEDIDA LIMINAR)

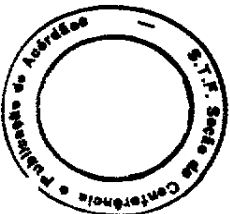
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, em primeiro lugar, assento que esta ação direta de inconstitucionalidade não apresenta a característica da anterior, mencionada pelo Senhor Ministro Sydney Sanches, da qual fui o Relator.

Naquela ação, defrontamo-nos com uma hipótese em que houve, na verdade, substituição de índice que, no entanto, continuou a existir no cenário jurídico. Tanto assim que os jornais de hoje publicam os percentuais relativos ao INPC e ao IPC, considerados o mês de janeiro.

Agora estamos diante de dispositivos - refiro-me ao inciso II do artigo 6º e ao parágrafo único desse mesmo artigo - que, em face à extinção de um fator de indexação, o BTN, consignam aquele que o substitui, aludindo à TR e, para as hipóteses de contratos que prevêm a correção diária, a TRD.

O que ocorrerá se caminharmos, diante desse quadro, para a concessão da liminar e futuramente para a procedência do pedido formulado nesta ação direta de inconstitucionalidade? Nesse período, de 1991 a 1994, e quem sabe 1995, os débitos existentes não serão corrigidos; débitos que passaram a existir diante de uma captação efetuada com remuneração dos valores depositados.

01744010  
05550000  
09593020  
01570530



# Supremo Tribunal Federal

**ADI 959-1 DF**

**49**

Na espécie, entendo que houve, simplesmente - como não poderia deixar de haver, sob pena, até mesmo, de termos aí um enriquecimento sem causa - a substituição de índice já extinto, de índice que deixou, portanto, de existir, não podendo, assim, ser acionado.

Peço vênias ao Senhor Ministro-Relator para indeferir a liminar no tocante a estes dois preceitos: ao inciso II do artigo 6º e ao parágrafo único desse mesmo artigo.

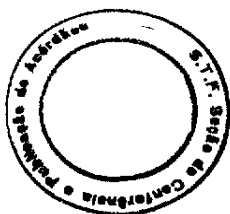
Quanto ao artigo 15, não houve o afastamento, em si, do fator de indexação, que é a unidade padrão de capital - UPC. Com a extinção da BTN, cogitou-se de uma nova sistemática de atualização da UPC.

Leio, apenas para minha reflexão, o preceito.

*"Para os contratos já existentes, contendo cláusula expressa de utilização da Unidade Padrão de Capital - UPC, que vem sendo publicada como fator de atualização, esta passa a ser atualizada mediante a aplicação do índice de remuneração básica dos depósitos de poupança com data de aniversário no dia 1º."*

Senhor Presidente, as operações são, praticamente, casadas. As entidades financeiras conseguem os recursos junto à população, mediante depósitos em cadernetas de poupança, remuneram esses depósitos, fazendo-o mediante a TR, e não podem ter os valores correspondentes emprestados sem que haja um fator de indexação - e estamos com uma inflação de cerca de 40% ao mês - que mantenha o poder aquisitivo da moeda, sob pena de uma quebra generalizada.

Peço vênias ao nobre Relator - salientando, mais uma vez, que não assumo, no caso, posição incongruente, já que



*Supremo Tribunal Federal*

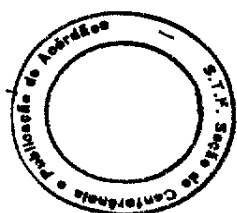
ADI 959-1 DF

50

o precedente de minha lavra foi lançado em hipótese diversa -  
para referendar integralmente, a decisão, no que implicou o  
indeferimento da liminar.

\*\*\*\*

3



# Supremo Tribunal Federal

PLENÁRIO

51


## EXTRATO DE ATA

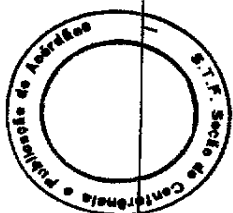
ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 959-1 - (medida liminar)  
ORIGEM : DISTRITO FEDERAL  
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
REQTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
REQDOS. : PRESIDENTE DA REPUBLICA E CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** Foi o julgamento adiado pelo pedido de vista do Ministro Carlos Velloso, depois dos votos dos Ministros Relator, Francisco Rezek e Ilmar Galvão, referendando, em parte, a decisão do Ministro Sydney Sanches, para manter o indeferimento da medida cautelar quanto ao art. 22 e deferir o requerimento da medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do inciso II do art. 60. e seu parágrafo único, dos arts. 15 e 16, todos da Lei n. 8.177, de 01.3.91, e do voto do Ministro Marco Aurélio, referendando-a, integralmente. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 25.02.94.

Presidência do Senhor Ministro Octavio Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alva  
renga.

  
LUIZ TOMIMATSU  
Secretário



16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL - Medida Cautelar

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

(VISTA)

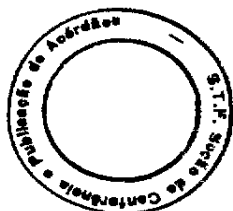
O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: A presente ação direta de inconstitucionalidade tem por objeto o art. 6º, inciso II e seu parág. único, bem como os artigos 15, 16 e 22, da Lei 8.177, de 1.3.91, que seriam ofensivos ao disposto no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que estabelece que a lei não pode prejudicar o ato jurídico perfeito.

O eminente Ministro Sydney Sanches, Relator, invocando o decidido na ADIn 493, Relator o Ministro Moreira Alves, e na ADIn 768, Relator o Ministro Marco Aurélio, indeferiu a cautelar relativamente ao artigo 22 da Lei 8.177, de 1.3.91, deferindo-a, entretanto, quanto ao inciso II e parág. único do art. 6º e artigos 15 e 16, da mesma Lei 8.177/91.

O Sr. Ministro Ilmar Galvão acompanhou o Sr. Ministro Relator, ressaltando, entretanto, "que no lugar da TR — em face da extinção pela mesma lei, dos índices UPC e BTN — seja aplicado aos contratos um índice de correção monetária, daqueles remanescentes".

O Sr. Ministro Marco Aurélio divergiu do eminente

*marcelo*



ADI 959-1 DF

53

Relator e indeferiu a cautelar.

Pedi vista dos autos e os trago, a fim de retomarmos o julgamento do pedido de liminar.

Na ADIn nº 835-DF, por mim relatada, em que se pedia a suspensão cautelar do art. 9º da Lei 8.177, de 1.3.91, com a redação do art. 30 da Lei 8.218, de 29.8.91, o Plenário indeferiu o pedido, nos termos do voto que proferi, do teor seguinte:

"A União Democrática Ruralista - UDR - argúi a inconstitucionalidade do art. 30 da Lei nº 8.218, de 29.08.91, que, alterando o art. 9º da Lei nº 8.177, de 01.03.91, estabeleceu que, "a partir de fevereiro de 1991, incidirão juros de mora equivalentes à TRD sobre os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, com a Seguridade Social, com o Fundo de Participação PIS-PASEP, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e sobre os passivos de empresas concordatárias, em falência e de instituições em regime de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária". O artigo 9º, da Lei 8.177, de 1º/03/91, na sua redação anterior dispunha que, "a partir de fevereiro de 1991, incidirá TRD sobre os impostos, as multas, as demais obrigações fiscais e parafiscais, os débitos de qualquer natureza para com as Fazenda Nacional,



Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios, com o Fundo de Participação PIS-PASEP e com o Fundo de Investimento Social, e sobre os passivos de empresas concordatárias, em falência e de instituições em regime de liquidação extrajudicial, intervenção e administração especial temporária".

Sustenta a Autora que o art. 9º da Lei 8.177, de 01/03/91, na sua feição primeira, mandava aplicar a TRD como índice de correção monetária, sobre obrigações futuras, sem repercussão em período anterior a 01.02.91. Todavia, afirma a Autora, "já o atacado art. 30 da Lei nº 8.218 de 29 de agosto de 1991, manda, retroativamente, aplicar a TRD, como taxa de juros moratórios, a partir de fevereiro de 1991, com evidente repercussão em período anterior à edição da lei".

Mas o que acontece é que o art. 9º, da Lei 8.177, de 01.03.91, estabelecia, simplesmente, que incidiria TRD, a partir de fevereiro de 1991 sobre os débitos que indicava. A nova redação dada ao mencionado artigo 9º, da Lei 8.177/91, pelo artigo 30 da Lei 8.218, de 29.08.91, apenas estabeleceu que, a partir de fevereiro de 1991 — não houve, portanto, alteração de data — incidirão juros de mora equivalentes à TRD sobre os débitos que indica.

*mueller*



Na feição original do art. 9º, incidiria TRD; na nova redação, incidirão juros de mora equivalentes à TRD. Não me parece ocorrer, pelo menos ao primeiro exame, com a nova redação do art. 9º, da Lei 8.177/91, violação ao princípio do ato jurídico perfeito, ou do direito adquirido, falando-se em termos abstratos, ou que a nova redação do artigo 9º, citado, "alcança efeitos futuros de atos consumados anteriormente a 29.08.91, sendo, pois, retroativo (retroatividade mínima) porque vai interferir na causa, que é ato ou fato ocorrido no passado, consoante escólio consignado no acórdão pertinente à ADIn 493-0-DF (DJ de 04.09.92)". Isto não me parece ocorrer, repito, porque sobre os débitos já se aplicava a TRD; com a nova redação, incidirão juros de mora equivalentes à TRD.

Ademais, se houvesse, com a nova redação dada ao art. 9º da Lei 8.177/91, retroação, esta seria apenas no período fevereiro/91 a agosto/91. Acontece que, em tal período, tendo em vista a redação original do citado artigo 9º, a TRD já teria incidido sobre os débitos. E a partir de 29.08.91, data em que veio a lume a Lei 8.218, que deu nova redação ao citado art. 9º, já não mais seria possível falar-se em retroatividade. *mueller*



Do exposto, indefiro a medida cautelar."

A questão posta na mencionada ADIn 835-DF não se identifica com a que ora é examinada.

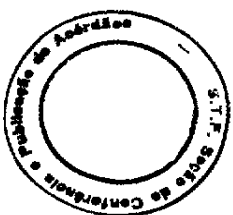
Tenho, entretanto, com a vênia do Sr. Ministro Relator, que a cautelar é de ser indeferida, tal como votou o Sr. Ministro Marco Aurélio.

A uma, porque o deferimento da cautelar pode importar em sérios danos à economia. É que, conforme registrou o Sr. Ministro Marco Aurélio, no período de 1991 a 1994 "os débitos existentes não serão corrigidos, débitos que passaram a existir diante de uma captação verificada, captação em que as entidades financeiras remuneraram os valores depositados, emprestando, posteriormente, esses mesmos valores". Teríamos, então, hipótese de enriquecimento sem causa, dado que a inflação chega a alcançar quarenta por cento ao mês.

Impressionou-me, de outro lado, a sustentação posta nas informações:

"(...)

O argumento trazido pelo autor de que o contestante, ao corrigir seus créditos pelos mesmos índices com que remunera a poupança rural, estaria, indiretamente, aplicando a TR como indexador, é falacioso, data venia. *Marcos*



Impende observar que os contratos de financiamento rural, realizados com recursos da caderneta de poupança rural, são corrigidos pelo mesmo índice utilizado nos depósitos de poupança, na conformidade com a regra estabelecida no item "3" da Circular nº 1.130, de 12.02.1987, do BACEN - Banco Central do Brasil, do seguinte teor:

"3. Os recursos captados na forma desta Circular deverão ser aplicados em operações que tenham cláusulas de atualização vinculada ao índice utilizado nos depósitos de poupança, e os juros serão calculados, no mínimo, em nível igual aos de captação."

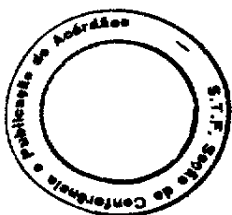
À evidência, os contratos que tenham como fonte de recursos os depósitos captados em poupança rural, somente poderão ser atualizados pelos mesmos índices aplicados a essa modalidade de captação. A norma do BACEN limita, pois, a autonomia de vontade do Banco, na medida em que somente poderá ser exigido do mutuário o mesmo índice de correção monetária pago aos poupadores. E nada mais justo, atendendo às peculiaridades do crédito rural, pois aquilo que o Banco paga para captar os recursos, cobra daqueles que tomam o empréstimo. Esclareça-se, melhor, que grande parte dos recursos que o Banco empresta aos mutuários advém da poupança rural. Ora, não teria sentido o Banco remunerar tal poupança com

*Luciano*



determinado índice de correção e, ao aplicar tais recursos, visse-os retornar aos seus cofres com atualização inferior. Admitir-se isso, seria a bancarrota de todo o sistema financeiro, com o esaurimento dos recursos que fomentam a produção rural, aí sim com sérios prejuízos aos produtores.

Não passam, pois, de sofismas as alegações do Ministério Público, no sentido de que o Banco, ao corrigir os financiamentos em apreço nos mesmos moldes em que são remuneradas as poupanças, estaria indiretamente aplicando a taxa referencial. É que, desde 12 de fevereiro de 1987, quando foi editada a Circular 1.130 do Banco Central, portanto quatro anos antes da edição da Lei 8.177, que a remuneração de poupança vem sendo usada como fator de atualização dos financiamentos rurais, que têm como fonte de recursos os depósitos da poupança rural. O Banco está a cumprir, pois, rigorosamente, decisão emanada da Suprema Corte, uma vez que continua a corrigir os seus créditos de acordo com o pactuado, ou seja, nos mesmos moldes em que são remunerados os depósitos em poupança. Entender-se em sentido contrário, ou seja, alterar o que foi pactuado muito antes de Lei 8.177, aí sim é que estaria havendo violação ao ato jurídico perfeito. *Atuliano*



É preciso deixar bem claro que o Supremo Tribunal Federal não decretou a inconstitucionalidade da Taxa Referencial (TR). Apenas estabeleceu que ela não poderia ser aplicada aos contratos já entabulados anteriormente à promulgação da tão falada Lei 8.177. E o Banco continua a indexar seus financiamentos rurais da espécie, da mesma forma como pactuado já há seis anos, ou seja, pelos mesmos índices com que remunera a poupança rural."(fl.164)

Sustentam as informações, em síntese, que, desde 12 de fevereiro de 1987, data da Circular 1.130, do Banco Central, anteriormente, pois, à Lei 8.177, que a remuneração da poupança vem sendo usada como fator de atualização dos financiamentos rurais, certo que o índice pactuado é exatamente aquele índice, vale dizer, o índice que corrige e remunera a poupança. Diante disso, diante do pactuado, não seria possível a afirmativa no sentido de que as normas impugnadas estariam aplicando maus tratos no princípio constitucional do respeito ao ato jurídico perfeito. As normas em apreço, ao contrário, prestam obséquio ao pacta sunt servanda.

Ademais, o exame da cédula rural pignoratícia e hipotecária, por cópia às fls. 176/177, retira do fundamento da inicial — que a lei prejudica ato jurídico perfeito — a sua relevância, dado que ali está expresso que "Sobre os saldos



**ADI 959-1 DF**

**60**

diários apresentados na conta vinculada ao presente financiamento, incidirão Encargos Básicos, como no Índice de Remuneração dos Depósitos em Caderneta de Poupança (IRP) relativo ao aniversário da conta no mês da atualização..." (fl. 176).

Não tenho como configurado, no caso, o fumus boni iuris, ou a relevância do fundamento da inicial.

Peço vênia, portanto, ao eminente Ministro Relator para indeferir a cautelar. *Juliano*



16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL (Medida Liminar)

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - A taxa referencial (T.R.), não se qualificando juridicamente como índice de correção monetária, **não pode** - <sup>term</sup> consoante advertiu esta Corte no julgamento da **ADIn 493** - substituir cláusula de correção monetária que foi livre e validamente estipulada pelas partes contratantes.

Os atos estatais ora impugnados - especificamente aqueles cuja eficácia é suspensa pelo em. Min. Relator - parecem traduzir **ilegítima** intervenção normativa do Poder Público na esfera das relações contratuais privadas, com indisfarçável aspecto de ofensa ao postulado constitucional que assegura a intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos.

A inalterabilidade dos ajustes contratuais e a eficácia dos negócios jurídicos fundados no consenso das partes não podem expor-se à incidência de prescrições legais **supervenientes** que desfigurem a pactuação celebrada em plena consonância com o ordenamento jurídico **então vigente**.

No caso, concorrem - e concorrem de modo veemente - os pressupostos legitimadores da concessão do provimento cautelar requerido. O relevo jurídico-constitucional da tese



01744010  
05550000  
09593040  
01550780



*Supremo Tribunal Federal*

ADI 959-1 DF

62

suscitada nesta sede de controle normativo abstrato evidencia-se claramente. E o *periculum in mora* revela-se indiscutível.

Assim sendo, Sr. Presidente, e com estas considerações, peço vênica, **reiterando** os fundamentos que expus no voto por mim proferido na ADIn 493, para acompanhar o em. Relator.

É o meu voto.



/vct.



25/02/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

(MEDIDA LIMINAR)

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO: Sr. Presidente, acompanho o eminente Relator. Deixo ressalvado, entretanto, o meu entendimetno de que, no lugar da TR -- em face da extinção pela mesma lei, dos índices UPC e BTN --, haverá de ser aplicado aos contratos em tela um índice oficial de correção monetária remanescente à dita lei.

\* \* \* \* \*



emo



16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

Nº 959-1 DISTRITO

V O T O  
(MEDIDA LIMINAR)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Senhor Presidente, sem desconhecer a seriedade das preocupações subjacentes aos votos dos eminentes Ministros Marco Aurélio e Carlos Velloso e, agora, do Senhor Ministro Ilmar Galvão, de remediar as conseqüências desastrosas desta Lei nº 8.177, não vejo como, depois de ter votado pela procedência da ADIn 493 nos seus pontos iniciais, negar relevância à arguição agora deduzida.

No que se refere ao art. 22, realmente os fundamentos do acórdão da ADIn nº 493 não poderiam ser transplantados para os dispositivos aqui questionados, mas, com relação a ele, o próprio Senhor Ministro-Relator indeferiu a liminar.

Deste modo, acompanho integralmente o voto do Senhor Ministro Sydney Sanches.



nbc.



16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

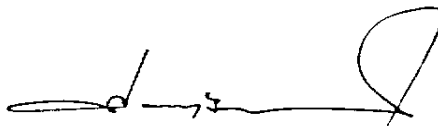
Nº 959-1 DISTRITO

V O T O

O SENHOR MINISTRO PAULO BROSSARD: Senhor Presidente, defiro a cautelar, nos termos solicitados na inicial, e o faço porque, em primeiro lugar, quando se alega que a remuneração da poupança não é a da taxa referencial, há um equívoco, pois a taxa referencial funciona na remuneração da poupança, de modo que, embora não se use a palavra, usa-se o critério.

Em segundo lugar, estou profundamente impressionado com um dado da realidade, que hoje ninguém ignora, e que foi solenizado pelo Presidente do Banco do Brasil em declaração feita perante comissão especial da Câmara dos Deputados, e segundo a qual nas condições atuais de financiamento, nem plantando maconha irrigada é possível pagá-lo. Quem disse isso foi o Presidente do Banco do Brasil, e não disse numa mesa de café ou como "boutade", afirmou perante Comissão da Câmara dos Deputados. Este é um dado, que não pode ignorar. Concedo a cautelar como requerido.

01744010  
05550000  
09593070  
01531080



*Supremo Tribunal Federal*

66

16/3/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 00009591/600

V O T O  
(Preliminar)

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA : Sr. Presidente. Também tenho em conta os fundamentos do voto que proferi na ADI nº 493, quando essa matéria foi amplamente examinada pela Corte e se afirmou que a TR não é índice de atualização monetária.

Desse modo, reportando-me aos termos do voto aludido, acompanho o Sr. Ministro-Relator, para também considerar relevantes os fundamentos do pedido e, assim, deferir a cautelar, nos limites em que S. Exa. o faz.

*J. Néri*

01744010  
05550000  
09593080  
01351150



/MCA

16/03/94

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
FEDERAL

Nº 959-1 DISTRITO

**V O T O**

**(MEDIDA LIMINAR)**

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES: - Sr. Presidente, fui o Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 493 e sustentei exatamente o que está sendo sustentado agora para o efeito da concessão desta liminar. Assim, por coerência, reconheço a relevância jurídica do pedido.

Com a devida vênia dos que entendem em contrário, acompanho o eminente Ministro-Relator.

01744010  
05550000  
09593090  
01281280



# Supremo Tribunal Federal

PLENÁRIO

68

## EXTRATO DE ATA

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 959-1 - (medida liminar)**  
**ORIGEM** : DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. SYDNEY SANCHES  
**REQTE.** : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
**REQDOS.** : PRESIDENTE DA REPUBLICA E CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** Foi o julgamento adiado pelo pedido de vista do Ministro Carlos Velloso, depois dos votos dos Ministros Relator, Francisco Rezek e Ilmar Galvão, referendando, em parte, a decisão do Ministro Sydney Sanches, para manter o indeferimento da medida cautelar quanto ao art. 22 e deferir o requerimento da medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do inciso II do art. 60. e seu parágrafo único, dos arts. 15 e 16, todos da Lei n. 8.177, de 01.3.91, e do voto do Ministro Marco Aurélio, referendando-a, integralmente. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 25.02.94.

**Decisão:** Por maioria de votos, o Tribunal referendou, em parte, a decisão do Ministro Relator, para manter o indeferimento da medida cautelar quanto ao art. 22 e deferiu a medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do inciso II do art. 60. e seu parágrafo único, dos arts. 15 e 16, da Lei n. 8.177, de 01.03.91. Vencidos, em parte, os Ministros Ilmar Galvão, Marco Aurélio e Carlos Velloso, que referendavam integralmente o despacho do Ministro Sydney Sanches (Relator), e o Ministro Paulo Brossard, que deferia a medida cautelar, para suspender, também, a eficácia do art. 22 da mesma lei (n. 8.177/91). Votou o Presidente. Retificou o seu voto, proferido anteriormente, o Ministro Ilmar Galvão. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 16.3.94.

Presidência do Senhor Ministro Octavio Gallotti. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

01744010  
05550000  
09594000  
00001360

*Luiz Tomimatsu*  
LUIZ TOMIMATSU  
Secretário

